



Handwritten signature

ATA N.º 03/2016

Data da reunião ordinária: 01/02/2016

Início da reunião: 10:15 horas

Fim da reunião: 10:40 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Manuel Orlando Fernandes Alves

Vereadores:

José Duarte Crespo Gonçalves

David José Varela Teixeira

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

António Gonçalves Araújo

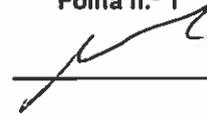
Maria Elsa de Moura Minhava

Paulo Jorge Miranda da Cruz

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Nuno Vaz Ribeiro

Cargo: Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças



ATA N.º 3

Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 01 de fevereiro de 2016.

No dia um de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Montalegre, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, sito à praça do Município, número um, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, Dr. David José Varela Teixeira, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Enf.ª Maria Elsa de Moura Minhava, Dr. António Gonçalves Araújo e Dr. Paulo Jorge Miranda da Cruz, e, comigo, Nuno Vaz Ribeiro, na qualidade de secretário. _____

Pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, quando eram dez horas e quinze minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se, a mesma, de acordo com a ordem do dia, disponibilizada, no dia vinte e oito de janeiro do ano em curso, na plataforma de gestão documental *sharepoint*, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião, sob a forma de doc. n.º 1. _____

1 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / ISENÇÃO DE 50% DO PAGAMENTO DA COMPARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE ESCOLAR À ALUNA LÚCIA MARIA CERQUEIRA GONÇALVES. _____

2 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ILDA LOPES COSTA PIRES, RESIDENTE NO LOCAL E FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

3 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. DANIELA FERNANDES MOURA, RESIDENTE NO CORTIÇO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

4 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA BELA LEAL BARROS, RESIDENTE EM MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

5 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA GLÓRIA ALVES SANTOS, RESIDENTE EM COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

6 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. RUI MANUEL PEREIRA DUARTE, RESIDENTE EM S. VICENTE DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

7 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CARLOS RODRIGUES CASTRO, RESIDENTE EM CARVALHAIS, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



8 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS ALBERTO ALVES FERNANDES, RESIDENTE EM CARVALHAIS, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

9 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE AFONSO GONÇALVES, RESIDENTE EM XERTELO, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

10 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO AUGUSTO PROTELADA GONÇALVES PEREIRA, RESIDENTE EM COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

11 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO EURICO MOURA – CABEÇA CASAL HERANÇA, RESIDENTE NO CORTIÇO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

12 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL TIAGO BARROSO PEREIRA, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

13 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS ALVES TEIXEIRA, RESIDENTE EM PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

14 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO MANUEL MIRANDA LIMA C.C. HERANÇA DE, RESIDENTE EM VIADE DE CIMA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

15 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. RUI MANUEL MIRANDA FONTE, RESIDENTE EM MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

16 – RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

17 – RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 18/2016 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

18 – MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DO ANO FINANCEIRO DE 2016 (1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA / 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS). _____

19 – APROVAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ADMITIDOS AO CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA HABITAÇÃO EM REGIME DE COMODATO, NO PRÉDIO ALBINO FIDALGO II. _____

20 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO FORMULADO PELO TREPA-MONTE, CLUBE TODO TERRENO DE MONTALEGRE PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO A REALIZAR NAS CELEBRAÇÕES DO 25º ANO DA FEIRA DO FUMEIRO DE MONTALEGRE / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO EXARADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO DIA 28 DE JANEIRO, EM CURSO. _____

I
ATAS

1 – APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO DOIS, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, depois de ter dispensado a sua leitura, com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Dr. David José Varela Teixeira, em virtude de ter estado ausente, aprovar a referida ata. _____

– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA –

1 – NOVAS REGRAS RELATIVAS À APLICAÇÃO DE PESTICIDAS POR PARTE DOS AGRICULTORES. _____

O Senhor Vereador Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, eleito pela lista da coligação “Unidos Por Montalegre”, PPP/PSD.CDS/PP, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a Câmara Municipal de Montalegre estava a desenvolver alguma iniciativa de sensibilização junto dos agricultores quanto às novas regras para aplicação de pesticidas, bem como se estaria a ser estudada a possibilidade de concessão apoio financeiro destinado a compartilhar os custos decorrentes da formação obrigatória, à semelhança do que estaria a acontecer em concelhos vizinhos, designadamente em Vila Pouca de Aguiar. _____

O Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, disse que a informação relativa às novas regras de aplicação de produtos fitossanitários têm sido divulgadas junto dos agricultores pelas respetivas associações locais, designadamente pela Cooperativa e pela Associação Empresarial do Planalto Barrosão (AEPB), sendo que a formação necessária para o efeito já está a ser ministrada. _____

Disse ainda, quanto à questão do apoio para a formação, que o município de Montalegre tem institucionalizado um conjunto alargado de apoios financeiros destinado a fomentar a agricultura e a pecuária, que tornam desnecessário apoio financeiro pontual para a formação para a aplicação de produtos fitossanitários. _____

2 – REALIZAÇÃO DA 25.ª EDIÇÃO DA FEIRA DO FUMEIRO DE MONTALEGRE. _____

O Senhor Vereador do Partido Social Democrata, eleito na lista da coligação PPD/PSD.CDS/PP “Juntos por Montalegre”, Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, disse querer dar os parabéns à organização da Feira do Fumeiro de Montalegre, que este ano cumpriu as bodas de prata. _____

Disse que, no geral, a Feira do Fumeiro de Montalegre correspondeu às expectativas e é um evento de louvar, muito embora este ano a afluência do público tenha sido ligeiramente menor do que no ano anterior, por um conjunto de circunstâncias, e de que isso mesmo já tinha sido reconhecido pelo Senhor Presidente da Câmara. _____

Disse ainda querer deixar um contributo para o incremento da venda de fumeiro, que ajudasse a resolver o problema de escoamento do produto fora da Feira, traduzido na criação, em colaboração com a associação empresarial do planalto barrosão, de um Portal que servisse de



instrumento de divulgação/promoção e ao mesmo tempo de interface para as transações comerciais durante parte significativa do ano. _____

Disse, por último, que esta solução exigirá naturalmente um grande trabalho de proximidade e parceria entre a autarquia e as associações locais, com responsabilidades em matéria de produção de fumeiro, mas que os ganhos seriam significativos. _____

O Senhor Vice-Presidente Dr. David José Varela Teixeira disse que o fumeiro que porventura os produtores não tenham escoado na Feira de Montalegre é depois vendido nas feiras onde os mesmos participam, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto. _____

Disse que no final do ano passado foi apresentada uma candidatura a fundos comunitários que tenha por escopo valorizar e potenciar o crescimento do “Cluster do Fumeiro”, mas a CCDR-N entendeu que a mesma não era inovadora. Que em resultado da argumentação aduzida em sede de contraditório ficou o compromisso, por parte do Presidente da referida entidade, de visitar a feira e avaliar das potencialidades da mesma. _____

Disse, por último, este eleito local, se a UTAD e a CCDR-N estiverem disponíveis para participar no projeto de concretização de um Portal o seu âmbito não será local, mas antes regional, para ter escala e viabilidade. _____

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

III
INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

1 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / ISENÇÃO DE 50% DO PAGAMENTO DA COMPARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE ESCOLAR À ALUNA LÚCIA MARIA CERQUEIRA GONÇALVES. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, datada de dezoito de janeiro do ano em curso, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

No âmbito do previsto nas Normas Regulamentares de Atribuição de Apoios Sócio Educativos, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 19/09/2011, proponho a isenção de 50% do pagamento da comparticipação no transporte escolar ao aluno abaixo referenciado:

Nome	Morada	Ano	Esc.	Comparticipação
Lúcia Maria Cerqueira Gonçalves	Friães	12.º ano	2	50%

Montalegre e Paços do Concelho, 18 de Janeiro de 2016. _____

A Vereadora da Educação, assinatura ilegível, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves”.
Esta informação, apesar de transcrita, vai ficar apenas, no formato de cópia, ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de doc. n.º 2. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta. ___
À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva (DDCSCD), para
operacionalização da presente deliberação, designadamente para dar conhecimento do teor da
presente deliberação à interessada. _____

**IV
CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS**

**V
PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA**

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

2 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ILDA LOPES COSTA PIRES, RESIDENTE NO LOCAL E FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

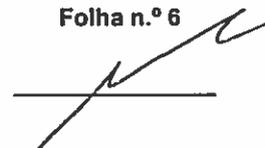
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 12 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 03/2016, despoletado pelo requerimento n.º 3/2016, apresentado pela Sra. Ilda Lopes Costa Pires, no dia 04 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 3.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ilda Lopes Costa Pires, residente em Salto, com o NIF 180 991 574, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165183285005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

3 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. DANIELA FERNANDES MOURA, RESIDENTE NO CORTIÇO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 13/2016, despoletado pelo requerimento n.º 21/2016, apresentado pela Sra. Daniela Fernandes Moura, no dia 11 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 4.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Daniela Fernandes Moura, residente em Cortiço, freguesia de Cervos, com o NIF 262 198 690, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355337889002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

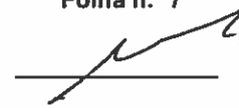
4 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA BELA LEAL BARROS, RESIDENTE EM MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 14 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 11/2016, despoletado pelo requerimento n.º 19/2016, apresentado pela Sra. Anabela Leal Barros, no dia 11 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 5.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Anabela Leal Barros, residente em Mourilhe, com o NIF 228 069 270, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2245406992001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

5 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA GLÓRIA ALVES SANTOS, RESIDENTE EM COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 02/2016, despoletado pelo requerimento n.º 2/2016, apresentado pela Sra. Maria Glória Alves Santos, no dia 4 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 6.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

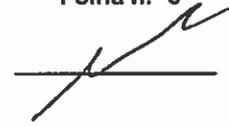
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Glória Alves Santos, residente em Covelães, com o NIF 200 769 510, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195365197011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

6 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. RUI MANUEL PEREIRA DUARTE, RESIDENTE EM S. VICENTE DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 08 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 485/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1123/2015, apresentado pelo Sr. Rui Manuel Pereira Duarte, no dia 30 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 7.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Rui Manuel Pereira Duarte, residente em S. Vicente da Chã, com o NIF 210 189 215, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285359231003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



7 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CARLOS RODRIGUES CASTRO, RESIDENTE EM CARVALHAIS, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 08 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 483/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1120/2015, apresentado pelo Sr. José Carlos Rodrigues Castro, no dia 30 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 8.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

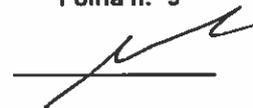
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Carlos Rodrigues Castro, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade com o NIF 224 201 239, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325293234014, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

8 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS ALBERTO ALVES FERNANDES, RESIDENTE EM CARVALHAIS, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 08 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 483/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1120/2015, apresentado pelo Sr. José Carlos Rodrigues Castro, no dia 30 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 9.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Carlos Alberto



Alves Fernandes, residente em Tourém, com o NIF 187 317 178, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.ºs, 2195488028007, 2195481127001 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

9 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE AFONSO GONÇALVES, RESIDENTE EM XERTELO, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 11 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 1/2016, despoletado pelo requerimento n.º 1/2016, apresentado pelo Sr. Paulo Jorge Afonso Gonçalves, no dia 4 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 10.* _____

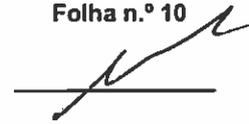
Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Paulo Jorge Afonso Gonçalves, residente em Xertelo, freguesia de Cabril com o NIF 212 589 431, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 21153079773006 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

10 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO AUGUSTO PROTELADA GONÇALVES PEREIRA, RESIDENTE EM COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 5/2016, despoletado pelo requerimento n.º 7/2016, apresentado pelo Sr. António Augusto Portelada Gonçalves Pereira, no dia 6 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 11.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Augusto Portelada Gonçalves Pereira, residente em Covelães com o NIF 179 320 432, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195362899001 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

11 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO EURICO MOURA – CABEÇA CASAL HERANÇA, RESIDENTE NO CORTIÇO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

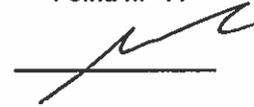
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 1/2016, despoletado pelo requerimento n.º 1/2016, apresentado pelo Sr. Fernando Eurico Moura- Cabeça de Casal Herança, no dia 6 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 12.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Fernando Eurico Moura-cabeça de casal Herança, residente em Cortiço, freguesia de Cervos com o NIF 708 155 090, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355348415004 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

12 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL TIAGO BARROSO PEREIRA, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 8 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 488/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1126/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Tiago Barroso Pereira, no dia 6 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da



Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 13. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Tiago Barroso Pereira, residente em Póvoa, freguesia de Salto com o NIF 261 981 730, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.ºs 2165163839008 e 21651678330024 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

13 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS ALVES TEIXEIRA, RESIDENTE EM PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

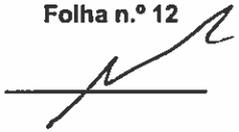
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 8 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 10/2016, despoletado pelo requerimento n.º 18/2016, apresentado pelo Sr. Domingos Alves Teixeira, no dia 11 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 14. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Alves Teixeira, residente em Padornelos, com o NIF 204 420 210, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315435482200 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

14 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO MANUEL MIRANDA LIMA C.C. HERANÇA DE, RESIDENTE EM VIADE DE CIMA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 8 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 489/2015, despoletado pelo requerimento n.º 1128/2015, apresentado pelo Sr. João Manuel Miranda Lima, C.C Herança de, no dia 30 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 15.*

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Manuel Miranda Lima, C.C Herança de, residente em Viade de Cima, com o NIF 742 377 539, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2225336510002, 222533041100, 2225335833008 do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

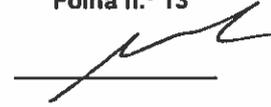
15 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. RUI MANUEL MIRANDA FONTE, RESIDENTE EM MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 15 de janeiro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 15/2016, despoletado pelo requerimento n.º 26/2016, apresentado pelo Sr. Rui Manuel Miranda Fonte, no dia 13 de janeiro de 2016, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 16.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr., Rui Manuel Miranda Fonte residente em Morgage, com o NIF 206 850 603, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315318093009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

4 – SERVIÇOS URBANOS



OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

**VII
FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS**

**VIII
GESTÃO AUTÁRQUICA**

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

16 – RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pelo Gabinete de Gestão Financeira (GGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, relação de pagamentos efetuados pela autarquia, no período compreendido entre os dias catorze e vinte sete de janeiro de dois mil e dezasseis, na importância global líquida de € 413.882,86 (quatrocentos e treze mil oitocentos e oitenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos) – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 17.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

17 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º18/2016 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pela tesoureira, para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 18, respeitante ao dia vinte e sete de janeiro de dois mil e dezasseis, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 1.926.409,90, sendo € 1.175.786,56 a título de operações orçamentais, e € 750.623,34, a título de operações não orçamentais – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivava no maço de documentos relativo à presente ata, sob a forma de doc. n.º 18.* _____

18 – MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DO ANO FINANCEIRO DE 2016 (1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA/1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS).

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, no dia dezanove de janeiro do ano em curso, no uso da competência delegada pelo executivo municipal em sua reunião ordinária realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, consubstanciando a primeira alteração ao orçamento da despesa e primeira alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – *documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivam no maço de documentos relativo à presente ata, sob a forma de docs. n.ºs 19, 20 e 21, respetivamente.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do teor integral do aludido despacho, bem como dos efeitos decorrentes do mesmo. _____

Ao Gabinete de Gestão Financeira para conhecimento. _____

19 – APROVAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ADMITIDOS AO CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA HABITAÇÃO EM REGIME DE COMODATO, NO PRÉDIO ALBINO FIDALGO II. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta subscrita pela Senhora Vereadora da Educação, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, cujo respetivo teor se transcreve, de seguida, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

“CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES EM REGIME DE COMODATO _____
PRÉDIO ALBINO FIDALGO II _____

INFORMAÇÃO: _____

No decorrer do prazo de audiência prévia dos candidatos excluídos do presente concurso, prazo previsto no artigo 122º do decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (CPA), apenas houve uma reclamação por escrito à qual não foi dado provimento. _____

Cumpra, agora, à Exma. Câmara Municipal, aprovar a lista definitiva de candidatos admitidos e selecionados por prioridades de atribuição, conforme o determinado pelo nº 1 do artigo 3º das Normas Disciplinadoras do Concurso. _____

Após esta aprovação será feito o sorteio, dentro de cada uma das prioridades e adequando a tipologia da habitação ao número de pessoas do agregado familiar. _____

PROPOSTA: _____

Aprovação da lista definitiva de candidatos admitidos ao Concurso para Atribuição de Habitações em Regime de Comodato - Prédio Albino Fidalgo II, por prioridade de atribuição, conforme o determinado pelo nº 1 do artigo 3º das Normas Disciplinadoras. _____

(em Anexo). _____

A Vereadora responsável pela Ação Social. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves”. _____

Esta proposta, apesar de transcrita, bem como o documento que a acompanhava (lista definitiva de candidatos admitidos), vão ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 22 e 23, respetivamente. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. ____

À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva (DDCSCD), para a operacionalização da presente deliberação. _____

IX ATIVIDADE REGULAMENTAR

X DIVERSOS

20 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO FORMULADO PELO TREPA-MONTE, CLUBE TODO TERRENO DE MONTALEGRE PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO A REALIZAR NAS CELEBRAÇÕES DO 25º ANO DA FEIRA DO FUMEIRO DE MONTALEGRE / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO EXARADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO DIA 28 DE JANEIRO, EM CURSO. _____

Foi presente, para ratificação, despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Alves, datado de 28 de janeiro de 2016, sobre informação elaborada pela Coordenadora Técnica da Secção de Expediente e Arquivo Geral, que apreciou pedido de licenciamento de evento desportivo com veículos todo terreno, no dia 23 de janeiro, (Raid ao Fumeiro de Barroso), formulado pelo Presidente do Clube Tropa Monte, com o NIPC 507 688 015, através de requerimento registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM8183, no dia treze de janeiro de 2016 – *documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e integrado e que vão ficar apensos ao maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de docs. n.ºs 24 e 25, respetivamente.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o referido despacho. ____
À Secção de Expediente e Arquivo Geral para conhecimento e operacionalização da decisão ora ratificada. _____

XI
REUNIÃO PÚBLICA MENSAL
(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XII
APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA
(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII
ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dez horas e quarenta minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Nuno Vaz Ribeiro na qualidade de secretário a redigi e vou assinar, junto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

O Presidente da Câmara Municipal _____

O Secretária da reunião _____

